

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIII - N° 1636

Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21.37.13 / 21.37.28 - Bissau

Ministro da Defesa revela:

“Aliados do General Mané estão a ser ouvidos”



Os militares detidos na fracassada tentativa dos dias 22 a 23 de Novembro serão submetidos a justiça e tratados segundo as normas judiciais, baseadas no respeito pelos direitos humanos, declarou na segunda-feira, 11 de Dezembro, o ministro da Defesa Nacional.

Página 9

Atenção!

Notas falsas circulam entre nós

Página 9

Análise

Ponto de mira

Pág..... 2

Justiça, sustentáculo da democracia

Sessão Parlamentar

PAIGC quer debate de urgência sobre o Estado da Nação

Página 12

Na abertura do novo ano legislativo o PR exorta

“Aos políticos a fazerem política fora dos quartéis”

Página 3

As patentes e as promoções militares

Dizer que PRS está a partidarizar as FA é pura fantasia

- defende o Brigadeiro-General Emílio Costa



O símbolo do arroz que se vê nas patentes dos generais ora introduzidas, não têm nada a ver com o PRS e nem com um ou outro partido. Tem a ver sim, com as armas do escudo nacional, todos sabem que o escudo nacional ostenta arroz, com base nisso é que nós introduzimos arroz nas patentes das FA.

Páginas 6, 7 e 8

Justiça, sustentáculo da democracia

Há pouco, a classe dos homens da justiça elegeram o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em Bissau. O acto foi seguido pelas diferentes rádios de emissoras da capital, assim pela televisão nacional. Mesmo assim, por não ter havido campanhas massivas, com os candidatos a arrastarem consigo por toda a parte, mulheres, jovens e tocadores de tambores, passou-se de forma quasi-despercebida pela maioria esmagadora da população. Mas, foi um acto importantíssimo que os apologistas da verdadeira justiça - como motor da paz e da boa civilização humana - vão ter que esquecer dificilmente...

□ Enfamará Cassamá



É a primeira vez que isto acontece na Guiné-Bissau, e, no melhor dos momentos: à entrada no terceiro milénio. Alguém disse: "A África precisa de entrar no terceiro milénio com visões e não com crenças". E quem vai acreditar em um juiz que clama a sua independência profissional se ele é crente politicamente, ou corrupto?!

Sim, nos últimos anos, a nossa terra viveu uma situação político-social séria: o 7 de Junho destruiu. Amputou. Matou. No seguimento desse atrofélico, em que os guineenses apareciam como natos para se repudiarem uns aos outros, adoeceu e expirou o homem que amava este país mais que ninguém, o qual sonhou e se bateu por uma Guiné-Bissau reconciliada, coesa e livre de espinhas nocivas. Aqui, a menção é feita à D. Setímio Ferrazzetta, a carne italiana que nasceu de nós para em paz morrer guineense.

Ainda, no anoitecer do milénio-de-alta-tecnologia-militar-e-sofrimento-dos-povos, a

Guiné viu refulgir uma luz no fundo da fossa de disparidades económicas mundiais.

Ela responde pelo nome de Camnate Na Bissign. É o primeiro guineense professor da religião de Cristo a ser Bispo. O povo guineense tem fortes motivos para esperar. Pouca coisa é mais duradoira na vida do que o futuro, uma vez que levamos mais tempo, senão toda a vida a construí-lo. As vezes, o homem do presente, para construir o futuro, tenta inspirar-se no melhor que tem o seu pretérito (antiguidade, médio recente). Quem finge ignorar que a vida no presente é frágil, e que, para ser forte, tem que ser nostálgico do passado para melhor explorar o futuro? Noutro sentido: o guineense de hoje precisa de produzir alguma coisa, que, a olhar, engrandece a alma e atice o orgulho das gerações vindouras por formarem um juízo certo sobre a nossa. Senão, dirão, talvez com razão: "libertaram-e-destruíram. Quão dolente é a nossa herança!.."

Há poucos anos, toda a grande massa do pessoal judicial guineense quase ia duvidar da sua opção pela profissão de

magistratura. Foi o momento em que o super João Bernardo Vieira não consentiu que juizes e advogados de toda a natureza efectuassem a eleição do presidente do STJ. Sabendo-se impedido pela lei que exclui candidatura à Presidência da República de pessoas natas no país mas, não de pai e mãe guineenses de naturalidade, o ex-presidente fez tudo o que pôde para colocar no topo da magna instituição judicial, alguém da sua alta confiança. Para isso ele teve que demitir e nomear.

No discurso que pronunciou na cerimónia de empossamento do presidente do STJ, o Chefe do Estado guineense destacou: "Não hesitarei em acabar com a independência do poder judicial, se vier a descobrir que há corrupção e manipulação dos juizes nos tribunais".

Koumba Yalá, após ter significado a justiça como chamada a desempenhar um papel crucial na marcha rumo a um Estado de direito, convidou o recém-eleito presidente do STJ, Emiliano Nosolini dos Reis a prestar um contributo assilar no processo de reconciliar toda a grande família guineense. "O cidadão

sentir-se-à protegido se as decisões dos tribunais forem justas e equilibradas", venceu.

No estatuto de Magistrados Judiciais e do Conselho Superior da Magistratura de 11 de Outubro de 1999, é dado a saber no art., 21, nº 1 que o presidente do STJ é eleito entre os seus pares (...pelos pares). Em Outubro último, muito barulho se ouviu com os magistrados a acusar o PR de "ingerência noutro órgão de soberania".

Por ser a justiça um dos muitos sustentáculos de uma "democracia que se quer sã", venceu o diálogo e a tolerância à nuvem de confrontações directas que se avizinhavam nessa altura entre as partes. Agora que foi empossado um novo presidente eleito, há-que se olhar pelo futuro, com a confiança e responsabilidade que isso impõe à pessoa preferida, aos seus eleitores e não só.

Quanto o Governo, Koumba Yalá prometeu em público o que deveria fazer em privado, que como fôr, ele nos dará a chance de medir a força que continuam a ter as velhas "balobas" (autel reservado a adoração dos ídolos) e velhos mouros.

NÔ PINTCHA

Director
Enfamará Cassamá

Director adjunto
Simão Abina

Chefe de Redacção
Domingos Meta Camará

Redacção
Carlos Casimiro, Adulai Djaló, Domingos Meta Camará, Enfamará Cassamá e Simão Abina

Edição Electrónica
Anselmo Matche e Mário Oscar

Fotografia
Mário Joaquim Gomes, Manuel da Costa e Pedro Fernandes

Secretaria de Redacção
Ivete Monteiro e Ângela Reis

Administração e Finanças
Inácio Correia, Edmundo Piedade, Amâncio Tepam-é, N'Gona Mané e Ansumane Turé

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: INACEP

Conservatória do Registo Civil

Drª Maria Augusta Mendes Viegas, Conservadora do Registo Civil da República da Guiné-Bissau.

Nos termos de alínea b) d nº 1, do artigo 368º do Código do Registo Civil, faço saber que Mamadú Sara, solteiro, maior de vinte e cinco anos de idade, natural de Bissau, residente em Bissau, filho de Braima Sara e de Muscuta Baba, requereu a alteração de composição de nome fixado no assento de nascimento para Justino Sará. São por isso convidados todos os interessados insertos a deduzirem a oposição que tiverem no prazo de 30 dias à contar da última publicação deste anúncio no Jornal "Nô Pintcha".

Conservatóriado Registo Civil de Bissau, aos 09 do Mês de Novembro do ano de dois mil.

Conservatório do Registo Civil

Drª Maria Quessangue Mendes Viegas, Conservadora do Registo Civil da República da Guiné-Bissau.

Nos termos de alínea b) do nº 1 do artigos 368º do Código do Registo Civil, faço saber que Careco Braima Seidi, solteiro maior de trinta e seis anos, natural de Binar, Sector de Bissorã, Região de Oio e residente em Bissau, filho de Seco Braima Seidy e de Cadi Cassamá, requereu a alteração de composição de nome fixado no seu assento de nascimento para Braima Seidy.

São por isso convidados todos os interessados insertos a deduzirem a oposição que tiverem no prazo de trinta dias a contar da última Publicação deste anúncio no Jornal "Nô Pintcha".

Conservatória do registo Civil de Bissau, aos 30 dias do mês de Novembro do ano dois mil.

Segunda-feira, 11 de Dezembro, os Deputados da nação retomaram os seus respectivos lugares na ANP durante o acto de abertura da primeira sessão da sexta legislatura, que irá ser consagrada à discussão do Orçamento Geral do Estado.

Na ocasião, o PR, que presidiu a cerimónia, se dissestou perante os Deputados, membros do Governo, do Corpo diplomático e de organismos internacionais de cooperação sobre os últimos acontecimentos do cenário político do país.

E por ser isso, exortou "os políticos a fazerem a política fora dos quartéis, uma vez que os militares são partidários".

Quando os últimos acontecimentos militares, referiu que a atitude do General Ansumane Mané a partir da Base Aérea de Bissalana, arredores de Bissau, teve o peso suficiente para ser considerada tentativa de golpe de Estado militar. A reforçar a sua ideia, Kumba Yalá acentuou, citamos: "Toda a gente sabe que o General Mané disse que eu e ele estávamos ligados por uma corda".

No que diz respeito às exonerações, adiantou o Presidente Cobde Nhanca Yalá, a Constituição da República confere ao Chefe do Estado os plenos poderes para

Na abertura do novo ano legislativo o PR exorta "Aos políticos a fazerem política fora dos quartéis"



nomear ou exonerar o Chefe de Estado-Maior General das FA. "Mas o General Mané se autoproclamou Comandante supremo das FA", sublinhou.

"Enquanto primeiro Magistrado da nação, não irei admitir a que haja mais actos de humilhação de quem quer que seja. Somos democratas e defendemos a democracia na base de transparência, de espírito de diálogo aberto e de tolerância", jurou o dirigente guineense.

Kumba Yalá considerou esta postura indispensável à paz e ao desenvolvimento sócio-económico do país, a qual, "se não for respei-

tada só haverá duas alternativas: ou vivemos juntos, ou moremos todos".

No que toca a questão do tribalismo de que tanto se tem vindo a falar um pouco por todo o lado, Yalá contestou dizendo que o mesmo não tem lugar no país. "Porque não há nenhuma tribo que esteja isenta de mistura sanguínea com uma outra. E se houver quem, por falta de capacidade política estiver a fomentar o tribalismo será processado criminalmente", venceu.

O PR apelou os membros do Governo para a boa governação, virada essencialmente a satisfazer o interesse do povo, uma governação

transparente e não só. Yalá concluiu a sua intervenção com um "s.o.s." à Comunidade Internacional a favor da nossa terra.

O presidente da ANP, Jorge Malú, em resposta às palavras do Chefe do Estado pronunciou-se numa espécie de discurso-balanço sobre as actividades da instituição da República que dirige em tempo que respeita o ano transacto.

Malú, sem poder poupar os últimos incidentes graves que viveram o país, os quais culminaram com a morte do General Mané, manifestou a tristeza dos parlamentares e declarou condolências à sua família desgostada. Nesse sentido, recordou algumas posições nobres assumidas por Mané em diferentes etapas da nossa história política, designadamente, a recente guerra de 7 de Junho-98, mas, gabou o brilhante papel das Forças Armadas na reposição da Ordem constitucional.

Jorge Malú defendeu ainda que a ANP tem actuado positivamente respeitando o seu papel de órgão legislador. O seu papel no caso da

detenção ilegal do deputado Nado Mandinga e no dos cidadãos indiciados no caso dos 110 milhões de dólares US não são dos menores. De seguida, falou da Lei de defesa proposta pelo Governo de Unidade Nacional, das leis e programas aprovados, a saber, o do Governo de Coligação PRS/RGB de base alargada.

No tocante às relações com outros parlamentos, Jorge Malú disse que a ANP foi representada em várias conferências internacionais, a Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, com o parlamento português (que permitiu a recuperação do Palácio Colinas de Boé); e foi integrada à União Interparlamentar da UEMOA, com direito à participação nas diferentes reuniões da mesma.

Nesta primeira sessão, os Deputados estão a debruçar-se seriamente sobre o Orçamento geral de Estado deste ano e sobre o orçamento da ANP para o ano legislativo. Terão ainda que discutir e aprovar algumas convenções internacionais já ratificadas pela Guiné-Bissau.

Presume-se que a sessão será marcada com altas temperaturas uma vez que prevê debater questões ligadas a situação política do país, numa altura em que o Fórum da Oposição política exige das suas bancadas a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar a veracidade dos factos sobre a morte do General Mané.

Amarante Sampa

Alpha Oumar Konaré visita o país

O diálogo permanente na resolução dos demais problemas por via pacífica foi o grande apelo que o presidente maliano, Alpha Omar Konaré lançou às autoridades guineenses momentos antes de deixar esta terra que visitou a cinco deste mês por algumas horas a convite do seu homólogo guineense.

O dirigente maliano que preside igualmente a CEDEAO, manteve encontros com diferentes personalidades políticas e diplo-

máticas do país para se inteirar da situação sócio-política vigente.

Segundo a ANG, os dois presidentes Kumba Yalá e Alpha Konaré fizeram a revista da situação política do continente e dos últimos acontecimentos político-militares que conheceram a Guiné-Bissau.

Em comunicado em conjunto, os dois chefes de estado apelaram para a união dos países membros da OUA, condição sine-qua-non para desenvolvimento. Por essa razão, recomendou aos governantes a resolução dos conflitos por via pacífica por forma a se poder minimizar o sofrimento dos povos africanos.

Konaré aproveitou igualmente a ocasião para, em seu nome e no da organização sub-regional que dirige, apelar a comunidade inter-

nacional a apoiar a Guiné-Bissau no relançamento da sua economia e na sua luta pela preservação da paz e reconciliação nacional.

Em nome do Governo, Helder Vaz, ministro da economia e desenvolvimento regional solicitou Alpha Konaré para servir de interlocutor directo da CEDEAO junto à comunidade internacional de há a necessidade de a mesma desbloquear as verbas que prometeu à Guiné-Bissau aquando da mesa redonda de Geneve.

Enquanto isso, Helder Proença, em representação dos partidos da oposição disse ter solicitado ao visitante no sentido de precionar as autoridades guineenses a apresentarem provas do alegado golpe de Estado e do envolvimento dos líderes dos partidos da oposição.

O Palácio da República vai a recuperar no ano que vem

O Palácio da República, danificado durante a guerra de 7 de Junho de 1998, vai ver as obras da sua reabilitação a arrancarem em 2001.

A ANG que veiculou a notícia, cita o secretário de Estado da Cooperação e Integração Regional, Rui Barai, disse que este conseguiu reactivar a cooperação com todos os Estados membros das Nações Unidas e os subscritores da Carta da OUA.

Em relação ao Reino de Espanha, a Guiné-Bissau irá beneficiar de um certo investimento para a reabilitação do referido palácio. Isto será precedida da visita de uma equipa técnica que vem avaliar a amplitude dos danos causados ao edifício e as necessidades em termos de equipamentos. A equipa terá também a ver com o relançamento dos projectos de descasque, transformação e comercialização da castanhas de cajú, de furos de água e criação de laboratório de controle da qualidades dos produtos do país no

mercado internacional.

Rui Barai explicou que a Guiné-Bissau conseguiu apoios dos países como Portugal, Itália, Reino de Espanha, Kweit, China, Cuba e Alemanha para o cumprimento do programa do governo.

Esclareceu que para além dos apoios disponibilizados por estes países, o executivo conseguiu ainda outras verbas para a implementação de programas da desminagem, desmobilização e reinserção dos antigos combatentes e fundos de apoios para grupos mais vulneráveis da sociedade. Aquela responsável da cooperação assegurou ainda que foi graças a reactivação da cooperação multilateral é que o país enviou 149 estudantes este ano para diferente países do mundo, incluindo a Rússia, o que não se verificava há muito tempo. Disse ainda que o país conseguiu vincular no Fundo Europeu do Desenvolvimento (FED) nos termos do artigo e além da sua representação em vários eventos internacionais.



REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E TURISMO

**ANÚNCIO DE CONCURSO
(PRORROGAÇÃO)**

A Secretaria de Estado da Indústria e Turismo, vem por este meio informar aos Gabinetes Nacionais de Consultadoria que o prazo limite para entrega das propostas técnicas e financeiras para o **Concurso Público Aberto para recrutamento de Gabinetes especializados para a realização de estudos de avaliação técnico-económico** das empresas agendadas para privatização ou liquidação, que estava previsto para o dia 24 de Novembro, foi prorrogado para o dia **30 de Dezembro de 2000**, pelas 12:00 horas na Unidade de Coordenação do Projecto de Desenvolvimento do Sector Privado.

1. O referido estudo será financiado pelo Banco Mundial no quadro do fundo disponibilizado pela IDA para a preparação do Projecto de Desenvolvimento do Sector Privado.

2. Lote A

Cerâmica de Bafatá
Guimetal
Socotram

Lote B

Socotram
Estância B. Bubaque
Fábrica Titina Silá

Lote C

Complexo de Varela
Guinave
Complexo de Maio

3. Os Termos de Referência, bem como o Appel d'Offre podem ser adquiridos na Unidade de Coordenação do Projecto de Desenvolvimento do Sector Privado (pelo endereço abaixo indicado), mediante apresentação do recibo no valor de XOF 50.000,00 passado pela Secretaria de Estado da Industria e Turismo.

Unidade de Coordenação do Projecto de Desenvolvimento do Sector Privado
Rua Justino Lopes nº 74/A
Ex- Prédio do PNUD/CRE-SAB

4. Os Gabinetes interessados podem concorrer a Lotes separados ou a todos os Lotes.

5. Os Gabinetes devem estar legalmente constituídos e com situação regularizada face a Direcção Geral de Contribuição e Impostos do Ministério das Finanças (Alvará e Certidão de Quitação da DGCI são exigidos).

6. Só podem concorrer Gabinetes com 3 (três) anos de experiência mínima em matéria desta natureza.

Dr. António Serifo Embaló
/Secretário de Estado/

“O sector privado é motor do desenvolvimento da Guiné-Bissau”

- afirma o ministro da EDR, em conferência de imprensa

□ Texto: Simão Abina

O sector privado é um dos sectores fundamentais com que o país pode contar para atingir o tão almejado desenvolvimento que tem vindo a perseguir ao longo dos 27 anos da sua existência, esta é uma das ideias que se desprender das palavras do ministro da Economia e Desenvolvimento Regional em conferência de imprensa realizada recentemente na sala de reuniões desta instituição.

Segundo Helder Vaz, ao longo de algum tempo o sector privado tem estado a discutir com o Banco Mundial a preparação de um projecto que sirva de alicerce ao desenvolvimento deste sector na Guiné-Bissau. Assim chegou-se a acordo sobre quatro componentes fundamentais, os quais serão alvos de uma avaliação em Whashington e cujos documentos poderão ser apreciados pelo Banco Mundial ainda no decurso deste mês, para o qual entendeu ser necessário torná-los público.

Assente está com várias equipas do Banco Mundial os contornos de cada um destes documentos, parte dos quais o das áreas de telecomunicações, bem como alguns planos de acções para privatizações e liquidações das empresas públicas, poderão ser discutidos, sublinhou o titular da pasta de Economia e Desenvolvimento Regional.

Com este passo, adiantou Helder Vaz, a Guiné-Bissau espera conseguir com isso um financiamento na ordem dos 33 milhões de dolares americanos no quadro deste projecto da parte do Banco Mundial no decurso destas negociações que terão lugar antes de apresentação final dos documentos ao Banco.

O referido projecto contempla quatro projectos nomeadamente nas áreas de: apoio e facilidades a reforma e privatização de infraestruturas, apoio e facilidades à reforma de quadro legal, melhoria do ambiente de realização de negócios e regularização dos atrasados internos.

No primeiro componente que é o das reformas e privatizações das infraestruturas, sobre o qual se assenta todo o desenvolvimento, que são rodoviárias, portuárias bem como telecomunicações.

Por outro lado, o Estado tem um peso enorme nas empresas públicas ao todo em número de 34 que estão sob o seu domínio e para

melhor servir o país e ter maior rentabilidade, mais ganho, naturalmente que os privados poderão tomar conta delas, explorá-las.

O Governo entendeu que poderá liquidar aquelas que não estão em condições de continuar dentro do sector de actividade e privatizar aquelas que eventualmente possam prosseguir aquilo que são os seus objectivos actuais, para uma melhor gestão, maior rentabilidade na sua exploração.

Para Helder Vaz, o presente projecto é para um período de seis anos, e pensa que já para o ano 2001 se consiga concluir pelo menos metade das privatizações e liquidações previstas no projecto, e até ao ano de 2006 esteja concluída as outras privatizações de outras infraestruturas e de outras empresas sob a tutela do Estado.

Para além das privatizações e em relação as reformas das infraestruturas, considera-se essencial sobretudo as telecomunicações que são retidos pelo projecto e ainda aos aeroportos e a reforma do porto de Bissau.

O objectivo pretendido com estas acções em relação as telecomunicações, é fazer-se o leilão de duas licenças de telemóveis e também renegociar com a Portugal-Telecom os termos do contrato actual da Guiné-Telecom.

Após esta renogociação em que serão revistos os direitos de exclusividade, a exploração das telecomunicações e também aqui-

lo que é atribuída a esta empresa como competências de regulamentação de frequências do sector e após isso, o Estado desengajar-se-à dos 49 por cento das acções que detém na Guiné-Telecom.

Em relação ao Porto de Bissau, para o membro do Governo o fundamental é preparar o plano directório e portuário e de toda a zona marinha que fará parte da área do Porto de Bissau e até se chegar a esse objectivo, um conjunto de trabalho que têm haver com a identificação das infraestruturas portuárias na Guiné-Bissau e com todos os portos ligados a ineficácia dos nossos factores portuários.

Ainda será necessário identificar e só depois tomar as medidas ajustadas para que a par do plano directório se faça um conjunto de reformas que tenha que haver com as taxas praticadas no porto assim como os recentes custos de exploração portuária, tomando a utilização destas mesmas infraestruturas.

Falando do preço praticado no Porto de Bissau, Vaz Lopes realçou que ela é a cara de toda a sub-região e temos é que torná-lo mais competitivo em relação aos dos países vizinhos (Banjul e Dakar). Para que o cidadão nacional ao pretender exportar para o país não tenha que descarregar em Dakar para mais tarde por via terrestre faça chegar as suas mercadorias a Bissau, com todas as perdas é prejudicial para o país a nível aduaneira e a nível das receitas.

Em relação ao aeroporto, o processo é praticamente semelhante, que é a privatização de alguns serviços aeroportuários e com a protecção de desenvolvimento dos sectores do espaço aéreo.

Outro aspecto tem haver com o reforço das capacidades em termos de regulamentação e neste momento está a ser tomada as deligências para instituir uma entidade reguladora dos factores das telecomunicações, e, outra, das águas e electricidades. Eventualmente, os objectivos a médio e longo prazo serão o de uma única entidade reguladora dos sectores da electricidade e para o sector das telecomunicações. Mas, o formato adoptado neste momento, é este,

ter entidades reguladoras distintas, uma entidade reguladora para electricidade e uma outra para as telecomunicações e que o Governo consiga assegurar o respeito pelas normas da concorrência e estabelecer aquilo que devem ser normas da concorrência a estabelecer.

Igualmente deve assegurar aquilo que devem ser as normas orientadoras das acções das entidades que agem nos sectores da comunidade científica. E aqui se refere a EAGB ou a entidade que vai substituir a empresa que ganhar a privatização o “lesing” da central eléctrica de Bissau.

Ainda se pretende referir aos eventuais operadores independentes que venham haver nos sectores das electricidades e que produzam electricidades seja em que regime for, e que vendam à rede pública, no qual se encontram a trabalhar, estando sómente a aguardar uma proposta de um BIOTÉ de 25 megawats da parte de uma entidade que manifestou-se interessada, assegurou Helder Vaz.

O país até hoje tem vivido um pouco ao sabor do descrionário da vontade das pessoas que têm competência administrativa sobre uma área.

Uma outra componente referido pelo titular da pasta de Economia e Desenvolvimento Regional tem haver com o financiamento e licenciamento dos empregados das empresas públicas, uma vez, segundo ele, a exploração das empresas públicas do país não têm sido assente na base da racionalidade, sendo para isso importante que o apuramento das respectivas privatizações possam ser, o que implicará que se opere o licenciamento da mão de obra conforme a necessidade do redimensionamento destas mesmas empresas.

Para isso, a empresa assegurará a indemnização das pessoas que foram licenciadas e depois em articulação com as empresas dos sectores privados é que se vai desenvolver o SAJE para a indústria, para os jovens e outros programas. Poder-se-à absorver essas pessoas licenciadas e outras actividades já por conta própria ou em cooperativa ou ainda em sociedades comerciais para que possam



Ministro da EDR, Helder Vaz Lopes

a par daquilo que será o pecúlio através do licenciamento deste sub-componente do projecto. Desta forma se vai poder apoiar nessa situação e poderão portanto beneficiar de crédito de subsídio a fundo perdido, enfim de vários instrumentos que serão colocados a disposição do sector privado para que possam reiniciar outras actividades.

Outro aspecto diz respeito aos catratos, termos para prestação de serviços públicos que o Estado tem com alguns serviços. Assim pensa-se inicialmente numa fase piloto a começar pelos ministérios da Função Pública e Trabalho, o das Finanças e por um outro terceiro a determinar, um processo de privatização de alguns serviços, nomeadamente de guardas, limpeza e de manutenção.

Também foi discutido no quadro das questões do projecto e poderá ser incluído alguns serviços específicos que pela sua tecnicidade e especialização têm haver com licenças dos hospitais e a começar pelos serviços de emergência e pela pediatria. E são serviços de limpeza que requerem uma outra formação quer dos agentes quer das próprias empresas.

Todos estes passos têm haver com a reforma da administração pública, têm haver com a “dalmesage” da administração pública e para com o licenciamentos da administração pública. É necessário que as pessoas assumam de que se queiram fazer política tem que ser feita, mas que não sejam feitas criando novos problemas sociais a margem da resolução daquilo que será a questão de uma Função Pública extraordinariamente gorda, com excesso do pessoal.

Cont. na próxima edição

As patentes e as promoções militares

Dizer que PRS está a partidarizar as FA é pura fantasia

□ Texto: Simão Abina
Fotos: Mário Gomes

- defende o Brigadeiro-General Emílio Costa

Aquilo que se está a verificar agora no seio das FA é uma correcção dos erros cometidos aquando das primeiras promoções registadas em Cassacá na década de 80, onde muitos camaradas foram penalizados. Nós para não encorrermos nos mesmos erros, criamos comissões para reajuste das patentes que conseguiu realizar um trabalho a nível de todo o país e em todas as unidades militares e pára-militares, estas revelações são do vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Major-General Emílio Costa (EC) em entrevista exclusiva ao "Nô Pintcha" (NP).

Por outro lado, conforme o vice-Chefe do EMGFA, as promoções realizadas até aqui foram sempre a granel, pois os promovidos não chegam a passar por nenhum curso de formação.

Assim, a partir desta última promoção tudo isso vai acabar, e

todas as promoções passarão a obedecer a passagem por carreira ou através de cursos, e sempre que haja vaga para essa promoção.

Falando do símbolo de arroz ostentado nas patentes, Emílio Costa disse que o mesmo faz parte das armas do escudo



Vice/chefe de EMGFA, Brigadeiro-General Emílio Costa



"Daqui para frente todas as promoções vão obedecer a carreira militar"

nacional e constituir o principal produto alimentar dos guineenses, portanto, tudo que se diz nos bastidores não passa de pura e simples especulação.

O Vice-Chefe do EMGFA apelou por outro lado, aos partidos políticos a fazerem as suas políticas sem interferirem com as FA, pois estas são apartadários e que só se subordinam aos poderes democraticamente eleitos, assim como pautam as suas condutas pela defesa intransigente da Constituição da República guineense.

Estas e mais outras palavras podem ser lidas seguir em pormenor.

NP - Senhor Vice-Chefe de Estado-maior-General das Forças Armadas, Emílio Costa (EC), é sabido que a questão das patentes sempre foi a

"Maçã da Ira" ao longo dos anos da existência das nossas Forças Armadas, isto depois da Luta Armada de Libertação, com promoções desajustadas às realidades.

Nos meados do mês de Novembro último, mais uma vez o tal ficou bem patente e veio a desembocar no que deu no dia 22 do mesmo mês. - Será que é desta vez que tudo vai ficar resolvido?

EC - Em poucas palavras vou responder essa pergunta da seguinte maneira. Como todos sabem, depois da independência da Guiné-Bissau o sistema de patente foi introduzido em 1980 em Cassacá, desde essa promoção cujos trabalhos conduziram a essa promoção foi mal feita, muita gente ficou penalizada.

Com a introdução deste sistema de patente, de forma que essa questão não ficou resolvida até que este ano procuramos de uma maneira mais salutar poder resolver esta situação dos camaradas que ficaram penalizados de uma vez por toda.

Antes da lista de promoção, criamos uma comissão designada de Comissão de Reajuste das Patentes, e essa comissão fez um trabalho exaustivo em todas as nossas unidades militares.

O trabalho foi para essa promoção e com ele conseguimos preparar o necessário para que pudessemos realmente efectivar promoções a 16 de Novembro deste ano.

Só que infelizmente o trabalho que se fez foi apresentado ao Presidente da República para sua aprovação como é costume, na qualidade de Comandante Supremo da Forças Armadas, não cingindo directamente aos pacotes de leis que foram aprovados pela ANP, isto porque desde Cassacá até 16 de 2000, todas as promoções foram feitas a granel, não obedecendo a nenhuma lei das Forças Armadas.

Isto significa que nós assistimos a uma promoção a granel, volto a repetir promoção a granel, e em nenhuma parte do mundo se faz promoção deste tipo a nível das forças armadas, porque normalmente as promoções fazem-se de acordo com o que está instituído nos estatutos das FA.

Infelizmente como nunca se tomou em consideração o estatuto das FA, muito embora esse estatuto tenha sido aprovado recentemente, nós não podemos cingir a este estatuto, uma vez que a promoção que se devia fazer a partir de 16 de Novembro corrente, era tudo a granel, mas não obedecendo ao articulado dos estatutos das FA.

Por isso mesmo, nós enten-

demos que essa promoção seria a única promoção do género e agranel. Porque quem é cabo ou todos os cabos passariam para furieis e estes para 2º sargentos, 2º sargentos para 1º até se atingir o nível mais alto da herarquia castrense, o que é para nós uma promoção a granel, porque não obedece ao estatuto dos militares das Forças Armadas, por isso vai ser a última promoção do género a granel.

E a partir desta data para frente, vai-se começar por militar da carreira obviamente dita. Este é o fim. Quando uma pessoa vai ser promovida, para além da existência de vaga que vai permitir que essa pessoa seja promovida, essa pessoa tem que reunir alguns requisitos para além de curso de promoção que será obrigado a fazer, e se não conseguir passar no curso de promoção, essa pessoa terá que ficar de fora, uma vez que não tem direito a promoção.

Mesmo aquele que conseguir aprovar no curso de promoção e com direito a promoção, terá que aguardar pela existência de vaga.

Com isto vamos assim sanear a situação que herdamos das patentes e por conseguinte o problema das promoções.

NP - O que é que está a ser levado a cabo no seio das Forças Armadas para a consciencialização e consolidação das ideias que nortearam a promoção ora acabado de fazer no Novembro último?

EC - O trabalho que fizemos, é que nas Forças Armadas somos um corpo único, há dias tivemos uma reunião das chefias militares que durou cerca de quatro dias em que estiveram os comandantes de todos os batalhões do centro e interior e em conjunto analisamos todos os pacotes relacionados com a documentação das promoções e tudo ficou clarificado no seio dos participantes desse encontro.

Ainda nessa reunião pusemos os pontos nos "is" e chegamos a um consenso de que realmente devíamos continuar com as promoções tal como estava previsto antes do dia 16 de Novembro deste ano.

Este trabalho foi feito há muito tempo, quando discutimos o estatuto, o quadro orgânico das estruturas das FA, bem como o sistema das patentes e tudo ficou acordado e todos estivemos de acordo com aquilo a que chegamos em consenso.



"Os nossos irmãos da Angola usam duas folhas de abacate que é o produto que mas produzem, e nós produzimos mais arroz, daí a razão da opção de patentes com símbolo desse cereal".

A única pessoa que não esteve de acordo foi o Brigadeiro Ansumane Mané e seu "grupinho", de resto toda a gente esteve de acordo.

Até porque quando houve a reacção da parte do General Mané antes do 16 de Novembro e aquilo que conseguimos apurar e chegar em consenso a nível das Forças Armadas na discussão da Base Aérea, toda a gente que esteve na discussão da orgânica e estrutura das FA, e o sistemas das patentes e toda a gente ficou engasgada com aquilo que ouviu do Ansumane Mané em relação ao sistema das patentes que queria introduzir nas FA.

NP - Com esta posição assumida pelo malogrado Brigadeiro Ansumane Mané, não notava que poderia conduzir a uma cisão no seio das FA, não receiam que esta posição se aprofunde mais?

EC - Felizmente nós na altura porque temos muito respeito, grande respeito por esse homem que é o Brigadeiro Ansumane Mané, entendemos que podíamos mais tarde chegar a um consenso com ele nesse sentido das promoções. Por isso ninguém ligou e deixamos tudo passar assim como já se tinha passado.

Só que infelizmente depois como toda a gente sabe, depois das promoções de 16 de Novembro é que se agudizou mais a posição dele, através do "grupinho" que ele tinha e que o informou da maneira não tal como as coisas se passavam. Informaram-no de maneira a que pudesse sentir-se mais engasgado em relação as promoções que se fizeram nesse dia.

NP - São algumas vezes corrente de que o Partido no poder está a querer partidizar as Forças Armadas, isto é, com a colocação nas patentes de dois ramos de arroz símbolo deste partido.

Como justifica esta ideia?

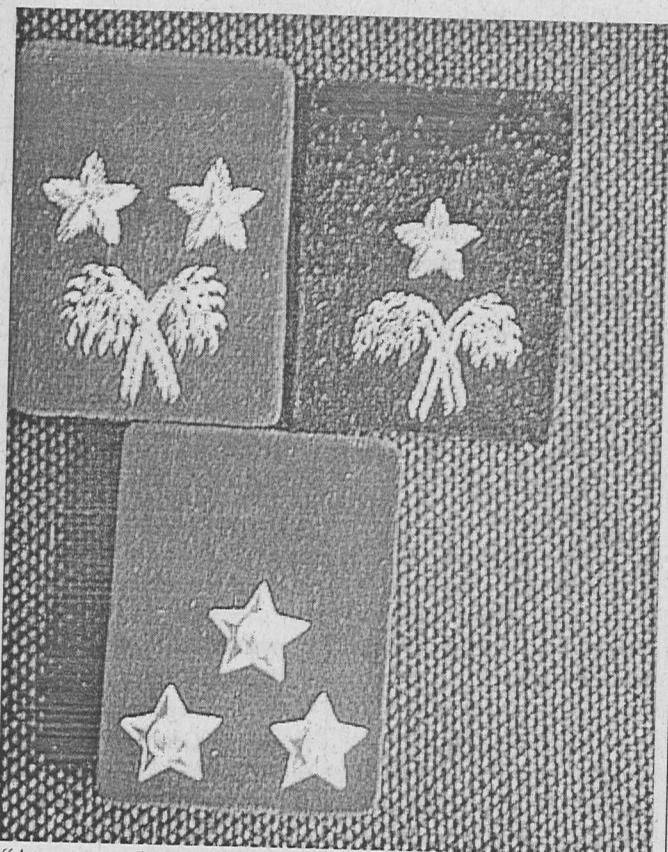
EC - Esta ideia não corresponde minimamente a verdade. Isto é uma total desinformação, é um argumento altamente falso, digo altamente falso.

O símbolo do arroz que se vê nas patentes dos generais ora introduzidas, não têm nada a ver com o PRS e nem com um ou outro partido. Tem a ver sim,

com as armas do escudo nacional, todos sabem que o escudo nacional ostenta arroz, com base nisso é que nós introduzimos arroz nas patentes das FA, isto porque tendo o arroz no escudo nacional que significa a riqueza da Guiné-Bissau.

E foi nessa ordem de ideia que nós introduzimos o arroz, para corresponder com as armas que ostenta o escudo nacional. Não tem a ver com nenhum partido, quer ele PRS, quer seja qualquer outro partido.

Por outras palavras eu podia até dizer que o símbolo de arroz para nós tem um outro significado. É a riqueza do povo da Guiné-Bissau, por isso, enten-



"As patentes dos generais que os nossos camaradas usavam, para nós não dizem nada, porque não têm nada a ver com a história da Guiné-Bissau.

Vendo o centro das estrelas do patentes de baixo, nota-se somente as armas da bandeira portuguesa".

demos que podíamos mantê-la no seio da estratégia das Forças Armadas, uma vez que o escudo nacional ostenta o arroz.

As patentes dos generais que os nossos camaradas usavam, começando por Nino Vieira, Iafai Camará e mesmo o Brigadeiro Ansumane Mané, aqueles patentes para nós não dizem nada, porque não têm nada a ver com a história da Guiné-Bissau.

Vendo o centro das estrelas de cada uma das patentes, tanto a arma da bandeira portuguesa que não tem nada com a República da Guiné-Bissau. Cada estrela tem cinco quinas e cada quina tem sete castelos que não dizem nada à Guiné-Bissau, por isso entendemos de que não podemos usar as referidas patentes, que não têm nada, mas mesmo nada com a realidade da Guiné-Bissau. Por isso é que criamos as nossas patentes, que correspondem com as realidades do nosso país, que é o arroz que o escudo nacional ostenta e que é a riqueza do nosso povo.

Para ser mais concreto dou um exemplo, as patentes dos generais angolanos levam duas folhas de abacate, que é o produto que eles mais produzem. Se eles têm aquilo, o porquê de eles não continuarem a usar as patentes com símbolos portugueses(?!). Introduziram o que acharam ser maior produto de Angola, e que está simbolizado nas patentes.

NP - Para quando a continuação das promoções?

EC - Como sabem, na sexta-feira passada terminamos uma reunião na qual convidamos todos os comandantes de todos os níveis dos batalhões inclusivé do interior. Nessa reunião decidimos dar continuidade às promoções, porque o que se fez no dia 16 de Novembro foi o ponta-pé de saída para podermos continuar efectivamente com as promoções provavelmente durante esta semana a nível das unidades da zona centro e depois no interior do país.

Neste momento, as elaborações das listas estão a ser ultimadas, depois disso as promoções vão-se iniciar. Foram criadas todas as condições.

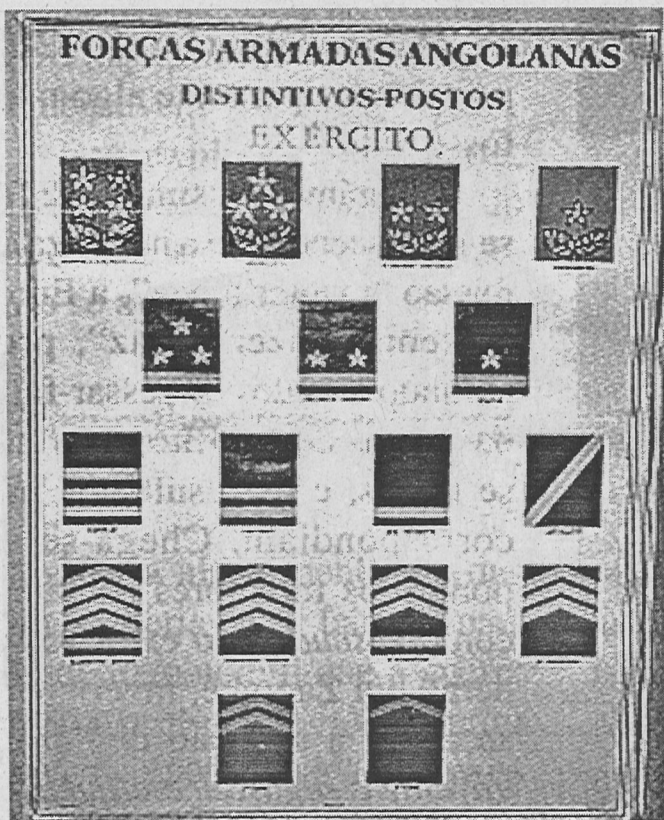
Há quatro comissões criadas, há uma comissão para zona centro sob a minha alçada, outra que vai para zona militar sul, sob a presidência do Major-General CEMGFA, para leste foi nomeado o Major-General e

Inspector-Geral das FA Nhassé Nambara e a última comissão que vai para norte chefiado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, Brigadeiro-General Watna Na Lai.

Portanto, as comissões já estão criadas e estão prontas e as últimas acusações das listas para podermos avançar com as promoções.

NP- Parece que tem mais algo a dizer que não abordamos nesta nossa conversa...

EC - Aquilo que queria dizer é: afirmar à toda população da Guiné-Bissau, de que nós as Forças Armadas desta República vamos continuar a trilhar os caminhos que trilhamos até aqui, isto é verdade, nós vamos pautar pela despartidarização das nossas Forças Armadas. As nossas FA vão sendo cada vez mais apartidárias, e pedimos também aos partidos políticos que ninguém tente envolver-se com as FA, porque não vamos admi-



Na primeira fila, as patentes dos oficiais generais angolanos decorados com folhas de abacates.

tir a interferência dos partidos políticos, quer em que nível for, sem a autorização prévia do Estado-Maior-General. Nós não

aceitaremos que haja interferência, que haja uma ligação, mesmo que seja com um elemento das FA, não vamos permitir isso.

Quem quiser qualquer contacto que o faça directamente ao nível do EMGFA e não isoladamente e nem tão pouco imiscuindo na vida das FA, jamais aceitaremos isso.

Queremos mais uma vez dizer ao povo da Guiné-Bissau e a Comunidade internacional, que nós estamos subordinados ao poder político e vamos continuar a fazê-lo. Nós vamos continuar a defender a Constituição da República da Guiné-Bissau, vamos continuar a defender órgãos do poder democraticamente eleito, essa é uma das nossas missões e vamos continuar a fazê-lo sem olhar para trás, mesmo que alguém queira tentar persuadir as nossas FA. Vamos continuar neste firme caminho que é o de subordinação incondicional aos órgãos do poder democraticamente eleito. Vamos continuar a defender com unhas e den-

tes e não queremos que os partidos políticos tentem partidariar-nos, não queremos que os partidos políticos tentem intrrometer-se na vida das FA, que façam política que nós não temos nada a ver com política.

Mesmo que alguém queira dirigir-se individualmente às Forças Armadas, tem que pedir autorização ao Estado-Maior General das FA, caso contrário, vamos agir no duro contra a pessoa que tentar fazer alguma ligação com as FA.

Já chega, este povo já está cansado, e este povo precisa da paz, este povo precisa de tranquilidade, e este povo precisa de estabilidade para poder ver os seus dias prósperos e os seus melhores dias em prol do seu desenvolvimento e do seu bem-estar. Isto é que nós queremos deixar bem claro, que nós não podemos continuar a servir-se das FA para alcançar os objectivos subjacentes pois nós não queremos que ninguém volte a fazer isso.

Ministro da Defesa revela:

“Aliados do General Mané estão a ser ouvidos”

Os militares detidos na fracassada intentona dos dias 22 a 23 de Novembro serão submetidos a justiça e tratados segundo as normas judiciais, baseadas no respeito pelos direitos humanos, declarou na segunda-feira, 11 de Dezembro., o Ministro da Defesa Nacional.

Fernando Correia Landim falava para a ANG à quem revelou que o Ministério Público já iniciou o processo de audição dos detidos, e que, uma vez concluído esse acto, serão submetidos ao tribunal para averiguação dos casos um à um, sem ódio ou vingança.

O ministro admitiu que os líderes dos partidos da oposição que conduziram o General Ansumane Mané à esse assalto ao poder, o que provocou a morte de um destacado Combatente da Liberdade da Pátria e a detenção de muitos oficiais exemplares das FARP.

A historiar os acontecimentos sangrentos, Correia Landim deduziu que a má-fé dos líderes dos partidos da oposição iniciou com a entrega de uma mensagem ao ministro Jaime Gama de Portugal, aquando da sua visita à Guiné, para informar a Comunidade internacional que o país permanece estável.

A partir daí, referiu o mi-

nistro à ANG, alguns desses líderes políticos passaram a frequentar certas unidades militares, enquanto outros faziam da Base-Aérea Nacional seu gabinete de trabalho.

Desde então, prosseguiu Correia Landim, muitos deles começaram a exigir a demissão do Governo, acusando-o de ser incompetente, corrupto e tribalista. Em certas declarações à imprensa, exigiam a ex-Junta Militar a tomar as devidas decisões contra o poder.

Fernando Correia Landim indicou que agora, alguns deles pedem provas do golpe do Estado e do envolvimento dos líderes dos partidos da oposição no mesmo. Mas, segundo o ministro, eles nunca tomaram em consideração o dia em que o General Mané, por influência desses políticos, humilhou, perante a comunicação social nacional e estrangeira, os seus colegas de trincheira na Base-Aérea, retirando-lhes as patentes e desaproovando as promoções do Co-



Fernando Correia Landim, ministro da Defesa

mandante Supremo das FA, que é o Presidente da República.

No dia seguinte, segundo o ministro, o General Mané auto-proclamou-se Comandante Supremo das FA, nomeando seu Chefe do Estado-Maior e vice-chefe deste. Disse ainda que neste mesmo dia, mandou um batalhão dos seus homens para desarmar a guarda presidencial.

O ministro esclareceu que, com o ocorrido, os partidos da oposição preferiram congratular-se com a decisão do General Mané, esquecendo as normas da Constituição.

Segundo Correia Landim, Amine Michel Saad, após ter deixado a prisão da 2ª Esquadra, declarou ao canal privado da televisão portuguesa SIC, “que

o país está perante o surgimento de um regime fascista de negros ignorantes”.

A esse respeito o Ministro da Defesa pediu ao povo a reparar o tipo de políticos que temos na sociedade, que insultam governantes por serem da pele negra num país de negros e que por cima invocam o tribalismo.

Instado a pronunciar-se sobre o papel da Comunicação Social neste processo da reconciliação da família guineense, Correia Landim admite que a imprensa tem um papel de relevada importância na instauração da reconciliação, de uma verdadeira paz e o bem-estar para o país.

Sobre as promoções, o ministro admite que vão ser concluídas nos ramos e nas unidades conforme o previsto e de acordo com as orientações do Comandante Supremo e o Estado Maior-General, tendo assegurado que nos quartéis como na sociedade guineense não existem ou não se fazem sentir o fenómeno do tribalismo.

A prática da criminalidade está a tornar-se numa verdadeira profissão na nossa capital.

Agora que as forças policiais controlam e mantêm as mãos sobre todos os casos de roubos e assaltos à mão armada, parece que os larápios mudaram de estratégias: diminuíram a prática de acções violentas e optaram por uma profissão mais perita, isto é: a falsificação de notas.

As notas falsificadas com muita perícia, são o franco CFA e outras moedas estrangeiras, o que tem constituído imensas dores de cabeça à muitos cidadãos, em particular os comerciantes, empresários, etc... Em entrevista exclusiva ao semanário jornal "Nô-Pintcha" o Comissário adjunto da POP, tenente Martinho Lopes, fez o ponto da situação sobre a criminalidade na nossa

Comissariado geral da POP chama atenção Notas falsas abundam no mercado

praça pública.

Relativamente às notas falsas, Martinho Lopes disse que foram apreendidas 103 notas falsas de 500 francos cfa, três notas de cinco mil que foram reproduzidas a um número exorbitante. Para apoiar a sua tese o Comissário afirmou que o mesmo aconteceu com a nota de dez mil francos cfa, multiplicada que foi por sinal reproduzida cem vezes para se obter o lucro de um milhão.

Explicou, por outro lado, que nessas operações policiais foram descobertas dólares falsos, incluindo uma nota de 20 US numa caixa contendo papéis negros que são utilizados para a falsificação.

"Em meados de Outubro registamos cerca dos 44 casos de tráfico de cocaína", disse. Se-



Comissário geral adjunto da POP, Martinho Lopes

gundo ele, essa droga dura é traficada por bandidos com idades compreendidas entre os 13 à 35 anos. Os bandidos, além de traficarem são ao mesmo tempo consumidores.

"Neste momento, temos em

nossa posse 80 kg de drogas que apreendemos", sustentou o Tenente Martinho Lopes, acrescentando que numa operação de rusga, em Bafatá, capturaram um tambor de droga.

Nesta difícil tarefa que a

POP tem estado a executar, registam-se também casos de violências e agressões físicas. À título de exemplo, aqui em Bissau, só no mês de Outubro findo, deram entrada nos nossos serviços, 32 casos de brigas e estes já foram enviados à Polícia Judiciária. "Em relação aos simples furtos por parte dos malfeitores, temos oito casos, sete dos quais são guineenses e um estrangeiro.

Ainda, durante esse mês, as autoridades policiais conseguiram deter em operações de patrulhamento nocturno, 10 jovens que circulavam na cidade nas horas indevidas e sem estarem munidos das suas peças de identificação.

A concluir o encontro conosco, o Comissário Martinho Lopes exortou a população a colaborar denunciando as pessoas que praticam acções que vão contra os interesses da sociedade.

E alertou os proprietários das empresas comerciais e seus clientes a tomarem cuidado, sobretudo nesta quadra festiva, com as notas falsas que circulam entre nós como o ar que respiramos.

Jorge Imbenque

Anúncio

OMS

AVIS DE RECRUTEMENT D'UN MÉDECIN

Nous vous faisons parvenir ci-joint l'avis de recrutement visé ci-dessus et vous serions reconnaissant de bien vouloir le faire publier (une seule fois) dans des journaux les plus lus de la place. Vous voudrez bien faire compléter les formulaires de notice personnelle professionnelle (couleur jaune) aux éventuels candidats.

Nous attachons beaucoup de prix à recevoir des dossiers de candidatures de nationaux de la Guinée Bissau répondant au profil du poste pour considération. La clômre de dépôt de candidatures devra intervenir quatre (4) semaines après la date effective de publication de l'avis de recrutement.

Pour toutes fins utiles, nous vous communiquons ci-après les informations complémentaires qui seraient susceptibles d'être demandées par les candidats:

- 1 - L'engagement se fera sous le statut de Personnel Professionnel à court terme (STP) de grade P3;
- 2 - Le contrat sera d'une durée de 11 mois avec une interruption obligatoire de 15 jours ouvrables au minimum et de 30 jours calendriers au maximum et un autre engagement de moins de 11 mois pourrait être envisagé si les services sont jugés satisfaisant au terme du premier contrat;
- 3 - L'engagement étant de court terme, les personnes à charge ne sont pas pris en compte au titre des prestations familiales et de l'assurance maladie;
- 4 - L'engagement étant international, les frais de voyage au début et à la fin de chaque contrat seront à la charge de l'Organisation;
- 5 - Le contrat étant d'une durée de 11 mois donne droit à la participation à la Caisse des Pensions des Nations Unies;
- 6 - Les frais médicaux seront remboursés à hauteur de 80%;
- 7 - La participation à l'assurance maladie est obligatoire pendant la période de validité du contrat;
- 8 - En cas de missions en dehors de Ouagadougou, les taux de per diem professionnels standard des Nations Unies seront applicables;
- 9 - Enfin la procédure de l'OMS em matière de recrutement sera suivie (présélection sur dossiers, short list, interviews, sélection et examen médical).

Vous voudrez bien nous faire parvenir un exemplaire du journal dès la parution de l'avis de recrutement pour nos dossiers.

Les dépenses occasionnées par cette publication nous seront débitées par imputation budgétaire OU/ICP/CTD/426/ON/00/400/00, Sticker OU/00/010261

Merci pour votre collaboration soutenue.

P. J. : comme mentionné

OMS

TITRE	Médecin
CATEGORIE	STP
GRADE	P.03.01
LIEU D'AFFECTATION(PAYS)	Ouagadougou (Burkina Faso)
SERVICE/UNITE	Unité Planification Evaluation et Transfert (PET)
DUREE	Limitée

OBJECTIFS DU PROGRAMME/UNITÉ:

Programme OCP: L'objectif de l'OCP est: (a) "d'éliminer l'onchocercose en tant que maladie constituant un important problème de santé publique et un obstacle au développement socio-économique de toute l'aire du Programme" e (b) " veiller à ce que les Pays participants soient en mesure de préserver cette réalisation".

Unité de Planification Evaluation et Transfert (PET) : Organiser, superviser et évaluer les activités de diagnostic et de traitement de l'onchocercose dans les pays.

RESPONSABILITES DU TITULAIRE:

Sous la supervision du Chef de l'Unité de Planification, Evaluation et Transfert (PET) du Programme, il devra (a) Assister le Chef de l'unité dans la planification, l'organisation pratique, la supervision et l'évaluation des activités diagnostic et de traitement de l'onchocercose; (b) Participer directement aux activités de l'unité (évaluation épidémiologique, traitement à l'ivermectine); (c) Participer à la formation des équipes nationales afin de rendre plus aptes à entreprendre activités de lutte contre l'onchocercose et assurer le transfert des compétences aux Pays participant; (d) Planifier, organiser et effectuer le suivi du traitement à l'ivermectine dans les Pays participants en collaboration avec les équipes nationales, les ONG, le personnel de l'OCP; (e) Préparer et suivre les lettres d'accord relatives aux activités à effectuer dans les pays e suivre le déroulement des activités; (f) Analyser les données de l'évaluation épidémiologique en collaboration avec le biostatisticien de la but de mettre à jour la carte épidémiologique du Programme; (g) Préparer le matériel nécessaire à la formation pour recyclage ou le transfert de nouvelles méthodes de diagnostic; (h) Préparer en collaboration avec le service des communication de l'OCP et ceux des pays, les messages d'IEC appropriés à transmettre aux populations; (i) Superviser directement techniciens et les infirmiers de l'Unité PET chargés de l'évaluation épidémiologique et ophtalmologique; (j) Préparer le documents importants de l'Unité y compris son rapport d'activités; (k) Accomplir toutes autres tâches à la demande du Chef de l'Unité ou du Directeur du Programme.

CONDITIONS EXIGÉES

Etudes et Compétences: Un diplôme en médecine, épidémiologie et/ou en santé publique; vaste connaissance principes, pratiques, méthodologies et techniques de santé publique et d'épidémiologie ce un atout; une connaissance des maladies parasitaires dont l'onchocercose. Aptitude à état des relations harmonieuses avec ds collègues nationaux et internationaux; aptitude à travailler en tant que membre d'une équipe, à s'adapter à divers milieux et situations; connaissance des procédures générales de l'OMS en matière de santé pour tous.

EXPÉRIENCE: Vaste expérience dans la lutte contre les maladies transmissibles. Expérience dans un poste ayant des activités similaires à celles décrites ci-dessus.

LANGUES: Excellente connaissance du français ou de l'anglais et une bonne connaissance pratique l'une

Traitement annuel (net d'impôts): USS 44 191 plus ajustement de poste: actuellement fixée à 1,8 % du montant mentionne ci-dessus. Ce pourcentage n'a qu'une valeur indicative et peut varier chaque mois à la hausse et la baisse.

Age limite: 35 ans minimum, 55 ans maximum

Il est demandé aux candidats de bien vouloir joindre les documents suivants à leur demande adressée à Monsieur l'Administrateur du Personnel du Programme Oncho, BP 549 Ouagadougou, B-F:

Une photocopie de l'acte de naissance; les photocopies des diplômes et certificats de travail;

Un formulaire rempli de la Notice Personnelle disponible dans les Représentations de l'OMS; tout autre document perti ayant trait à la demande de candidature.

Les originaux de ces documents devront être fournis à l'OCP si le candidat est retenu.

La date limite pour le dépôt des dossiers est fixée à quatre (4) semaines à partir de la date de publication

LES CANDIDATS EXTERIEURS SERONT CONTACTES SEULEMENT S'ILS FONT PARTIE DE LA LISTE RESTREINT

OUI SERA DRESSE ET APRES T'EXAMEN DES DOSSIERS

Reintegração dos ex-combatentes amputados de guerra

“Acabou o sofrimento dos combatentes!”

- exclama o ministro Iancuma N'djai

“A partir de agora, acabou o sofrimento dos combatentes deficientes da guerra”, se exclamou na quarta-feira, 13 de Dez., o ministro da Solidariedade Social, Reinserção e Reintegração dos ex-Combatentes e Luta Contra a Pobreza.

Iancuba N'djai falava no acto de abertura de um atelier intitulado “Restituição para a validação da consultoria sobre a desmobilização, reinserção e reintegração dos ex-combatentes deficientes de guerra”, decorrido na sede do PNUD, em Bissau.

Nesse evento que presidiu, o ministro N'djai destacou que da independência nacional para hoje, o problema dos veteranos deficientes da guerra colonial, nunca foi resolvido, devido a falta de experiência dos sucessivos gover-

nos que lideraram a Guiné-Bissau, v.g. o PAIGC.

“Um país que ascendeu a independência, após uma guerra de mais de onze anos de luta e de sacrifício, em busca da sua identidade própria. Um país que, desde o conflito político-militar do 7 de Junho de 98, não pode e nem deve esquecer ou ignorar a existência das pessoas deficientes, resultantes destas guerras”.

Esse governante lamentou profundamente o facto de o nosso país jamais ter nutrido e implantado grandes acções em termos de projectos concretos a favor dos deficientes da guerra. Daí esta intenção do Governo, através de um concurso internacional e na base de experiência profissional na área, optou pela selecção da ONG internacional, “Indecap Internacional”, para assistir a direcção do PDRRI, na execução dos seus estudos.

“Nós queremos que o tratamento dos deficientes da guerra, seja uma parte integrante do programa validação da consultoria da desmobilização, reinserção e



reintegração dos ex-combatentes deficientes da guerra.

O titular da pasta dos vetera-

nos da guerra acrescentou ainda que seria bom que todo o assunto em favor dos velhos se tornasse em realidade e não um mito. “Mas, é preciso muito calor, uma vez que estas acções são geralmente especiais e necessitam de ser altamente cuidadas”, frizou Iancuba N'djai.

Preocupado com a situação, disse que o processo da implementação deste programa deve ser participativo, analisado profundamente, porque foram previstos vários estudos sob a sua execução.

É preciso que os conferencistas tenham muita atenção por forma a que, no futuro, não sejam detectados erros gravíssimos no exercício das vossas actividades, precaveu o ministro, para, de seguida, acrescentar: “Visto que eles precisam de um tratamento legal, condigno e humano, como qualquer outra pessoa não deficiente. Isso não é um favor mas, sim, uma honra que merecem”.

No entanto, os participantes no fórum de debates, após uma análise profunda e séria, emitiram estas recomendações finais:

O Governo tem que estabelecer os mecanismos necessários para favorecer o fórum de discussão e debates sobre a pessoa deficiente com a finalidade de se obterem critérios que definam a pessoa do deficiente, tal como a definição do grau de invalidez e os direitos que isto devenga; propor às autoridades competentes a elaboração de uma legislação de acordo com os princípios dos direitos da pessoa do deficiente entre civil e militar; criação de uma “janela única” para atenção e informação dos deficientes de guerra; planificação e implementação de programas de capacitação do pessoal da saúde, educação e dos serviços sociais; desenvolver programas de sensibilização à opinião pública com vista a redefinir a posição da sociedade guineense para com a pessoa deficiente; definir claramente quais são as pessoas sob o conceito de Ex-combatente deficiente, no sentido de não criarem falsas expectativas, entre outras; a lista é inesgotável.

Mama Saliu Sané

O Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, compriu mais de oitenta por centos do seu programa anual, disse o Ministro da tutela, numa conferência de imprensa realizada na passada quarta-feira, em Bissau.

Francisco José Fernandes Júnior na sua exposição, fez uma análise retrospectiva da sua presença à testa deste ministério, recordando certas dificuldades herdadas dos sucessivos governos, as más condições de trabalho e o pouco espaço para o seu funcionamento.

Quanto as actividades realizadas, Fernandes Júnior disse que vai arrancar em Janeiro próximo, a construção de 255 pontos de águas no leste, a realibitação do sistema de água na cidade de Gabú financiado pelo PNUD/FENU/ BID e BAD.

Segundo ele, já está garantida a realização de estudos de viabil-

“O país deve conhecer a sua potencialidade geológica e mineral”

idade para a construção da barragem sobre o rio de Bidigor para aproveitamento hidroagrícola do vale do rio Geba nos próximos meses.

O ministro adiantou que a zona sul consta do contexto, por isso a região de Bolama-Bijogós irá beneficiar de 15 poços de água para as populações locais, enquanto 10 outros poços pastorais serão construídos no norte junto a fronteira com o Senegal; tudo é financiado pela União Europeia, explicou.

“Para região de Cacheu vai chegar brevemente ao país um consultor para proceder ao levantamento da situação a fim de que o projecto possa arrancar. É apoiado pela AFD.

Com o projecto japonês, JICA, o país vai beneficiar também de pontos de águas, mas, só

quando houver estabilidade política, anunciou Fernando Júnior, após um encontro que ele teve com o segundo secretário da sua embaixada nipónica em Dacar.

“Nas áreas de geologia e minas, já foram tomadas as devidas providências para o arranque da construção do chantier a partir de Março próximo com vista ao início das actividades de exploração dos fosfatos (na Região de Oio, zona de Farim), o que permitirá conhecer dentro de dois anos as potencialidades geológicas e mineiras da Guiné-bissau”, garantiu o ministro.

Francisco Júnior afirma que a exploração do Bauxite de Boé não estará para breve, devido à certos condicionamentos que têm a ver com o projectado “grande porto de Empada” e caminho de ferro para a sua evacuação e estamos a fazer

um estudo conjunto sobre a existência ou não do gás natural, ouro e diamantes.

No que toca o sector ambiental, o nosso interlocutor sublinhou que o projecto de biodiversidade que estava em curso, foi prolongado até o Março que vem, para permitir ultimar estudos sobre as condições climáticas. Apesar disso, o seu arranque está previsto para dentro de dois anos. É financiado pelo GEP/PNUD.

“Para utilização racional do património florestal conseguimos um financiamento por parte da Holanda. Vai incidir sobre as técnicas de melhoramento de carbonização e vulgarização da técnicas de fogões melhoradas com vista a diminuição da pressão humana sobre a floresta”, deduziu o ministro Júnior.

A Guiné-Bissau faz parte da

Comissão Solar Mundial e estão-se a desenvolver contactos no quadro das energias renováveis convista a realização de trabalhos dos experts para a discussão e aprovação da mesma, explicou esse governante.

Por último, falou das empresa sob a sua tutela; à Petroguim já está garantida a pesquisa petrolífera com a execução de dois furos profundos à nível do mar para o efeito e estão a ser vendidas licenças de promoção e garantias de realização de estudos do mar ainda este mês de Dezembro.

A Serviaguas é a equipa que executou um contrato de realização de um estudo geofísico em Maurítania. Este ano, está-se a preparar para o estudo e fiscalização financiado pelo FENU na Região de Gabú.

Enafur é outra empresa em banca rota com diversos problemas onde tivemos que proceder uma profunda reestruturação. Muito brevemente irá executar 140 pontos de águas em Gabú no âmbito de um projecto financiado pelo FENU, concluiu Francisco José Fernandes Júnior.

Seco Baldé Vieira
e Naga Imbulna

Relatório sobre a situação mundial da infância

Todas as crianças devem ter o melhor começo de vida segundo o relatório anual do UNICEF sobre a "Situação Mundial da Infância 2001" já lançado mundialmente pela directora-executiva do UNICEF, Carol Bellamy. A Guiné-Bissau vai conhecer a versão oficial do documento só em Janeiro próximo.

Sessão Parlamentar

PAIGC quer debate de urgência sobre o Estado da Nação

Os trabalhos da VI Legislatura da ANP continuaram a decorrer no salão das conferências de Bissau-Hotel, com debates à volta dos assuntos pertinentes e do interesse da vida do país.

Nesta ordem de ideia o PAIGC requereu, a mesa da Assembleia Nacional Popular um debate de urgência sobre o Estado da Nação.

Francisco Benante, líder desta maior formação na oposição disse que ser a intenção do PAIGC falar da actual situação do país, alegando que no início diziam que o PAIGC, só criava problemas, mas toda gente sabe qual é a contribuição que o nosso partido deu em várias sessões. Prova disso ou uma das referências é o discurso do presidente da ANP no acto de abertura, sustentou Benante.

Por isso, disse, ser necessário falar dos problemas do país não só da recente crise-militar, mas sim de todo o assunto da desgovernança.

Sabe-se que o Governo não está ainda em condições de apresentar o Orçamento Geral de Estado para o próximo ano. Mas os deputados não deixaram de aprovar as convenções ratificadas pela Guiné-Bissau, tal é o caso da Convenção de Otawa que proíbe a utilização e implantação das minas.

Jorge Malú presidente da ANP pediu aos colegas no sentido de aprovarem o documento uma vez que a existência de minas no país tem dificultado o desbloqueamento de verbas, pelos doadores, alegando que enquanto a Guiné-Bissau não ratificar o Acordo de Otawa tornará impossível os apoios do género.

Para dizer que nosso o país conheceu duas guerras, entre elas o recente conflito de 7 de junho onde foram semeadas minas em diferentes parantes do país, com destaque para a cidade de Bissau

onde se desenrolou todo o teatro da guerra.

Segundo as estimativas existe cerca de vinte mil minas espalhadas por todos o país incluindo os da luta de libertação nacional.

Nesto momento estão no terreno uma equipa a fazer desminagem através do projecto de desminagem Humeid, financiada pela Holanda e Grã-Bretanha.

Em relação aos trabalhos da ANP os deputados pedem ao governo no sentido de suprimir o Programa Bemba di Nô Djoçon na RDN de autoria de Baciro Dabó.

Programa esse que segundo o seu realizador vai ao interesse da reconciliação nacional, ideia negado pela maioria dos deputados, porque isso só cria a divisão.

Segundo as teses dos deputados, toda gente sabe que Baciro Dabó outorou a *Watcha ca Catheu* onde teria humilhado muita gente incluindo o actual Presidente da República Koumba Yalá, pelo que os seus programas não deveriam ser permitidos a saírem nas antenas da Rádio nacional.

A situação das Estradas e escolas, em alguma regiões, mereceram atenção dos parlamentares, que exortaram o governo a assumir as suas responsabilidades e garantir ensino para todas as crianças guineenses.

À Margem dos trabalhos e a pedido dos deputados esteve o Ministro dos Recursos Naturais que subiu a tribuna, para explicar ao deputado o memorando do Parque Mariho João Vieira, já aprovado em Conselho de Ministro mas que mereceu também um apreço dos deputados em relação ao projecto que actual executivo tem para em relação ao Meio Ambiente.

Neste Parque marinho segundo o documento existem grandes valores do património Natural da Guiné-Bissau, razão pela sua classificação como Parque Natural, onde existe uma grande reserva de recursos haliêuticos, a colónia de tartarugas, e aves marinhas de relevância internacional, bem como belas paisagens de e os trechos de florestas sub-húmida

primária.

Nesta perspectiva o Ministro foi interpelado com as questões postas pelos deputados da eventual existência do projecto e os custos.

Um vez que a tal ilha contém jazigos de petróleo, além da população local estar ou não informado desses projectos. Isto porque o governo deve tomar em conta o poder local, os regulados que têm um papel preponderante a desempenhar neste aspecto. Por seu turno o Ministro escaleceu, dizendo que há uma comissão criada onde entram todos esses actores incluindo a UICN, associações de base, entre outros.

Quem também subiu a tribuna foi o Secretário de Estado de Cooperação Sub Regional Rui Bai que igualmente expôs aos deputados alguns acordos assinados pelo governo, com os Países da CPLP sobre o Supressão dos Vistos, bem como a facilidade na obtenção de vistos com passaportes diplomáticos.

Amarante Sampa

Escolas nacionais estão prontas para o início das aulas mas, são as faltas de comparecimentos dos alunos é que têm estado na origem do não funcionamento normal das aulas, disse o responsável estatístico do Liceu Dr. Agostinho Neto.

Cerca de quarenta por cento dos professores já estão operacionais para o arranque das aulas, disse Luís Filipe Silva Moreira à nossa reportagem.

A alternativa para o curso nocturno só será em meados de Janeiro de 2001. Tudo porque as instalações nas salas de aulas não são das melhores; foram violadas e roubadas todas as portas, janelas, lâmpadas, cabos e fios eléctricos pelos larâpios noctâmbulos. Apesar disso, disse Luís Filipe Silva Moreira, vulgo Ipi, estão em fase de recuperação e

Abertura do novo ano escolar

Curso nocturno só em Janeiro



quase prontas.

Estamos a construir algumas barracas para acolhermos os alunos, devido a falta de salas. Gostava de referir que depois de concluímos as obras de recuperação das instalações escolares caberá à EAGB a responsabilidade de fornecer energia eléctrica por forma a que os jovens possam estudar a noite, **sublinhou Ipi.**

Por último, apontou que o Governo se comprometera, à curto

prazo, regularizar toda as reivindicações avançadas pelo sindicato dos professores.

A nossa reportagem abordou um jovem estudante desse liceu que disse muito seriamente: "Quero estudar para ser um bom quadro ou presidente da República, porque tenho o esse direito."

Trata-se de Juliano Nanque, adulto e estudante de 7ª classe de 14 anos de idade.

Ele matriculou-se provisoriamente no Liceu Dr. Agostinho Neto, mas, até a presente data, o seu nome não figura no vidrado dessa instituição escolar oficial.

Para essa matrícula provisória, a direcção do liceu me fez pagar o caríssimo montante de 2.500 francos Cfa, lembrou Juliano antes de acrescentar "os meus companheiros, dentre eles, um irmão meu com quem me inscrivi no mesmo dia, mesma hora e à mão da mesma pessoa, já gozam da legalidade menos eu".

O Governo e o Sinaprof estão de mãos dadas. É Roberto Fetchina, substituto directo do delegado de base e professor no Liceu Nacional Kwame Nkrumah quem o afirmou.

Fetchina lembrou das decisões do sindicato dos docentes no final do ano escolar de 1999, de não publicarem as notas. Mas,

sendo eles sempre muito flexíveis e cooperativos, optaram por publicá-las.

Para ele, a maior dor da cabeça é sempre provocada pelo caso dos professores contrados. Até temos implorado ao Ministério para que os efectivasse evitando com isso os maus controlos dos docentes.

Por último apelou o governo no sentido de apoiar na formação dos quadros nacionais.

A nossa reportagem não ficou indiferente à situação das escolas. Por isso, visitou algumas do sector público e constatou as mesmas situações: recintos sujos, as salas de aulas empoeiradas, grosso modo, continuam as nossas escolas a atravessar situações de crise que nem tinham razão de ser, se a seriedade fizésse parte num dos pontos da bússola. Até aqui, pre-existe a fraca presença dos alunos e professores, uma vez que em muitas salas de aulas não existem carteiras, quadros ou giz. É que o Liceu Dr. Agostinho Neto continua ensombrado.

Naga Imbulna e Seco Baldé Vieira